

# PERCEPÇÕES DE CATADORES DE RESÍDUOS SOBRE O TRABALHO ASSOCIATIVO PAUTADO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ana Paula Leivar Brancaleoni, Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo.  
Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP.  
[anapaulabrancaleoni@gmail.com](mailto:anapaulabrancaleoni@gmail.com)

Ana Claudia Giannini Borges, Doutora em Sociologia pela Univ. Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP.  
[ana.giannini@unesp.br](mailto:ana.giannini@unesp.br)

Lívia Martinez Brumatti, Mestre em Geografia pela Univ. Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Doutoranda em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, USP.  
[lmbrumatti@usp.br](mailto:lmbrumatti@usp.br)

Agência Financiadora: CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Grupo de Trabalho GT 4 – Articulação de catadores de resíduos e economia solidária

## Resumo

A vivência de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal após as transformações da década de 1990, permanece precária, mesmo com a tentativa de implementação de práticas de Economia Solidária (ES). As dificuldades de adoção de ES evidenciam o domínio da lógica capitalista ainda presente nas percepções dos indivíduos. Este trabalho objetiva analisar as percepções de catadores de resíduo de uma associação do interior de São Paulo, sobre trabalho associativo, dentro da perspectiva da ES. Parte-se de uma abordagem qualitativa, com estratégia da pesquisa-ação. Identifica-se que práticas de autogestão são fragilizadas, pois os associados não consideram relevante as ferramentas de gestão cooperativa e anseiam por uma organização pautada na relação patrão-empregado. Esta fragilidade aumenta a precarização das condições de saúde de seus membros e das condições de trabalho como um todo.

## 1. Introdução

As transformações socioeconômicas que se intensificaram no Brasil, principalmente, a partir da década de 1990, com a ascensão das políticas neoliberais, resultam em um panorama cada vez mais inquietante. Nesse novo cenário, a garantia da dignidade humana coloca-se, ainda mais, como pressuposto fundamental a ser perseguido. Isto porque, ainda que o Estado brasileiro nunca tenha se configurado dentro de um modelo de *bem-estar social*, teve sua atuação cada vez mais diminuída na regulação da

relação capital-trabalho e no atendimento das demandas sociais. No caso destas últimas, as mesmas foram parcialmente atribuídas como responsabilidade da sociedade civil, através de organizações ou grupos. Então, o Estado se desresponsabiliza de parte das demandas sociais que passam a ser parcialmente respondidas pela atuação fragmentada de Organizações não Governamentais (ONGs), por meio de projetos (MONTAÑO, 2002).

Conjuntamente a essas alterações no âmbito político, observam-se mudanças na organização da produção, com a crescente automação e utilização das tecnologias de informação, e no mundo do trabalho, com a adoção de outros modelos de gestão que não só “taylorista-fordista”. Estas transformações trazem novas nuances para a organização dos trabalhadores. Assiste-se a um aumento do desemprego estrutural (ANTUNES, 1997) no qual muitos trabalhadores não mais se empregam formalmente, perdem seus direitos, e são incluídos perversamente em outras atividades de situações precárias (SAWAYA, 2002).

Paralelamente, acentuam-se as preocupações quanto ao meio ambiente e sustentabilidade, que geram novas discussões no que se refere às condutas frente ao consumo e à produção. Nesse contexto, o lixo passa a ser tratado, também, como uma mercadoria disputada e cuja negociação gera renda, ao mesmo tempo em que a destinação dos resíduos, também, se apresenta como um problema ambiental.

Essa nova forma de tratar o lixo, somado aos problemas econômicos e sociais acentuados a partir da década de 1990, torna-se um meio de geração de renda para muitos trabalhadores excluídos do mercado formal que acabam se inserindo nas atividades de coleta e triagem do lixo. Esta reinserção, no entanto, manifesta um conjunto de entraves a serem superados aos indivíduos. Uma das formas de fortalecimento desses trabalhadores é a organização dos mesmos em associações e cooperativas, pois este trabalho coletivo favorece a redução da condição de vulnerabilidade social. A adoção dos princípios da economia solidária por esses grupos tem sido um caminho alternativo promissor.

Diante desse cenário, colocam-se algumas questões: como são percebidas, pelos trabalhadores, as relações estabelecidas dentro do empreendimento coletivo? Como comparecem os aspectos relativos à formação dos trabalhadores, principalmente no que se refere à saúde e à cidadania? De que forma suas trajetórias de trabalho anteriores comparecem em suas experiências com o trabalho associativo? É possível a efetiva colaboração de agentes externos no desenvolvimento dos grupos?

Frente ao apresentado, tem-se como objetivo analisar as percepções de catadores de resíduos sólidos de uma Associação do interior de São Paulo, sobre trabalho associativo, dentro da perspectiva da Economia Solidária. Tem-se como enfoque: os sentidos atribuídos

ao trabalho; as percepções acerca dos princípios da Economia Solidária e os processos formativos na Associação para a promoção de saúde e cidadania.

A Associação de catadores em questão é composta por cerca de 20 membros, que realizam a coleta e a venda de materiais recicláveis. Este grupo foi apoiado por um Projeto de Extensão de uma Universidade Pública do estado de São Paulo. Este tinha por objetivo apoiar grupos de geração de trabalho e renda. Foi, então, a partir desta atuação junto ao grupo de catadores, que surgiram as inquietações e questionamentos que norteiam o presente trabalho, destacando a importância de se compreender as percepções dos trabalhadores para a efetividade das ações.

## **2. Revisão de Literatura**

Os sentidos do trabalho nas diversas organizações sofreram alterações expressivas a partir das transformações da década de 1990. Dentre as diversas transformações destacam-se: aumento do desemprego estrutural; perda de barganha dos sindicatos, que passam a atuar principalmente na negociação e manutenção dos empregos; e aumento significativo da informalidade e terceirização de serviços. Este é identificado especialmente em falsas cooperativas que assumem as atividades, enquanto as empresas que as contratam são desoneradas destes custos e responsabilidades (ANTUNES, 1997). Condição de precarização que é assegurada e amplificada pela nova Lei da Terceirização nº 13.429/2017<sup>1</sup> e, em 2018, quando o Supremo Tribunal Federal se coloca favorável a licitude da terceirização em todas as etapas produtivas, inclusive nas atividades fins<sup>2</sup>.

Assim, tem-se um processo acelerado de precarização do trabalho, conforme Medeiros e Macedo (2006), em que há má remuneração, instabilidade dos empregos, restrição dos direitos trabalhistas e, também, dos direitos sociais, além da falta de perspectiva profissional. Isso evidencia o sentimento de inutilidade experienciado por muitos dos trabalhadores.

Contudo, Sawaia (2002) destaca que seria simplista considerar que os trabalhadores, que não mais se empregam, sejam meramente excluídos do mercado de

---

<sup>1</sup> BRASIL. Lei Nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm)>. Acesso em: set. 2018.

<sup>2</sup>STJ. Supremo Tribunal de Justiça. Notícias. STF decide que é lícita a terceirização em todas as atividades empresariais. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=388429>>. Acesso em: set. 2018.

trabalho e da sociedade. A autora, ao estudar a relação exclusão/inclusão, conclui que não se tratam de dimensões díspares que ocupam polos. Ao invés disso, indica a necessidade de compreender a relação dialética dos processos de exclusão/inclusão. Ao tomar este posicionamento, conclui que os ditos excluídos em verdade são incluídos perversamente no sistema, ou seja, este processo se dá a partir da exclusão do acesso aos direitos, mas esses sujeitos são um meio de repor o próprio sistema. Bosi (2008, p. 105), analisando o trabalho informal, afirma que “o aumento da informalidade no trabalho (e nas relações que o regem) não implicou sua retirada do circuito de acumulação capitalista, nem tão pouco alterou substancialmente sua subordinação ao capital.”

Medeiros e Macedo (2006, p. 65) destacam ainda que o processo de precarização do trabalho mantém e agrava as desigualdades de renda e amplia as margens da pobreza, visto a relação dialética exclusão/inclusão, em que há “uma lógica que preside um padrão de relações em uma sociedade que, ao mesmo tempo, inclui e exclui por meio de um conjunto de valores que a orienta”.

A partir deste prisma, o trabalho de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos se inclui como necessário para a resolução dos problemas ambientais e como meio de geração de renda para muitos trabalhadores excluídos do mercado formal. Medeiros e Macedo (2006) destacam a precariedade de vida e das condições de trabalho a que estão submetidas essas pessoas. Conforme referem, ainda que possa ilusoriamente parecer que esses sujeitos se autoempregam, o que ocorre é que os mesmos vendem o material coletado e/ou sua força de trabalho para a “indústria de reciclagem”, com o agravante de que estão apartados dos direitos trabalhistas e sociais. Assim, têm-se os ônus, sem qualquer garantia de direitos.

Vários autores chamam a atenção para os sentidos sociais pejorativos atribuídos aos catadores e ao trabalho que desempenham (MEDEIROS e MACEDO, 2006; ROOS, CARVALHAL e RIBEIRO, 2010; KIRCHNER, SAIDELLES e STUMM, 2009). Como afirmam Roos, Carvalhal e Ribeiro (2010, p. 118), “os catadores sofrem preconceitos e são tratados como ‘entulhos’ ao circularem com seus carrinhos pelas ruas, ‘sujando’ a imagem dos centros urbanos.” Pereira e Teixeira (2011) afirmam que se soma, ao quadro de exclusão, a forma como os catadores são vistos pela sociedade, pois são frequentemente associados à delinquência e/ou mendicância.

Conforme Alencar et al. (2009), o trabalho de catação tem suas características imbricadas ao ambiente em que o mesmo é realizado, ou seja, às ruas. Esse trabalho apresenta riscos catadores, tais como a exposição a condições climáticas, violência,

trânsito, dentre outros. Além disso, trata-se de uma atividade exaustiva, pois diariamente percorrem muitos quilômetros, empurrando carrinhos e carregando peso. Logo, os catadores não estão expostos apenas aos riscos ambientais, mas também aos de ordem estrutural, física e biológica.

Destaca-se, portanto, que se trata de trabalho que traz grande sobrecarga física e mental, gerando frequentemente sentimento de baixa autoestima, desamparo, humilhação, ansiedade e medo, configurando grande sofrimento de ordem psicossocial (ALENCAR et al., 2009).

É importante, ainda, apresentar a ponderação de Medeiros e Macedo (2006, p. 68) acerca dos sentidos do trabalho com o lixo para os trabalhadores:

Vale ressaltar que o trabalho com o lixo não tem uma única representação ou sentido, ou é dotado de características ruins ou de características boas. Ele abarca tanto aspectos positivos como aspectos negativos ao mesmo tempo, por isso a relação de catadores com o lixo é ambígua, refletindo a dialética inclusão/exclusão, saúde/doença, orgulho/humilhação.

Isso porque, o lixo é representado como o sustento, mas não se descola o sentido socialmente negativo daquilo que é descarte, asqueroso, associado à discriminação e ao preconceito (MIURA, 2004).

Ainda que a profissão de catador de material reciclável tenha sido oficialmente reconhecida, em 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), isso não resultou em mudanças significativas, seja para as condições de trabalho ou de vida dos trabalhadores (BORTOLI, 2009). Nem mesmo com a criação do Comitê de Inclusão Social dos Catadores de Lixo, pelo Governo Federal em 2003 (MEDEIROS e MACEDO, 2006), e com as várias leis que estimulam a inserção dos catadores e seus grupos na coleta seletiva (Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 7.405 - Programa Pró Catador)<sup>3</sup> observou-se a superação das condições precárias desses trabalhadores.

Como ressalta Bortoli (2009), os catadores, em geral, ainda ganham menos que um salário mínimo e estão apartados dos sistemas de gestão de resíduos, explorados pela indústria de reciclagem. Complementa, referindo-se às políticas públicas de trabalho e renda:

---

<sup>3</sup> BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010a. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)>. Acesso em: set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 7.405, de 23 de dezembro de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 2010c. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7405](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7405) >. Acesso em: set. 2018.

As políticas de trabalho e renda não alcançaram a realidade dos catadores. Na verdade, aos catadores são dirigidas ações no campo das políticas de inclusão e não no campo das políticas públicas de trabalho e renda. Trata-se de ações focalizadas, dirigidas aos grupos vulneráveis como desempregados, mulheres e jovens. (BORTOLI, 2009, p.112)

Para Miura (2004), o desafio é atingir o reconhecimento desses sujeitos enquanto portadores do direito às condições dignas de trabalho e de vida, ultrapassando a questão da mera sobrevivência.

Um elemento fundamental a ser considerado é o movimento organizado de catadores, conforme enfatizado por Medeiros e Macedo (2006). Neste contexto, tem-se como alternativa de organização interna para os catadores adotar os princípios da Economia Solidária (autogestão, cooperação, viabilidade econômica e solidariedade), pautado na valorização social do trabalho humano (MTE, 2006; SINGER, 2008). Princípios estes que são opostos à lógica de funcionamento do sistema de produção capitalista. Há, portanto, desafios a serem superados por aqueles que empreendem na lógica desafiadora da Economia Solidária.

### **3. Breve histórico da Associação de Catadores**

A Associação de catadores de resíduos sólidos do município de Jaboticabal é um exemplo do processo organizativo dos catadores. Os estímulos e incentivos iniciais para formação de uma organização para a coletividade de catadores pode ocorrer a partir de iniciativas dos próprios catadores ou de governos municipais. No caso do município de Jaboticabal, a iniciativa ocorreu a partir deste último.

Assim, em 2001, a gestão municipal em vigor decidiu reunir pessoas desprovidas de trabalho e renda para que, de forma coletiva, se dedicassem à separação e comercialização de materiais recicláveis na cidade de Jaboticabal. Esta ação encontrava-se incluída na Política Pública de incentivo à Economia Solidária. Contudo, nesse início, os trabalhadores possuíam um vínculo formalizado, recebendo um valor mensal fixo pela realização do trabalho, o que era entendido pelos mesmos como sendo um salário. Ainda que, em tese, esta iniciativa estivesse alocada na agenda da Economia Solidária do município, e tendo sido formalizada uma cooperativa, não se trabalhou de forma eficaz o empoderamento desses sujeitos, com vistas à autogestão e autossuficiência. Assim, frente à mudança de governo, com as novas eleições municipais, e o desconhecimento dos procedimentos formais e legais para a manutenção de uma cooperativa, por parte dos

cooperados, esta chega a condição de irregularidade.

O abandono do Poder Público Municipal motivou o grupo a procurar interlocutores e formas de ajuda, entre elas a Universidade. Nesse processo, o grupo mudou sua configuração jurídica para Associação, mesmo porque, naquele momento, o número de integrantes era inferior a 20 (número mínimo necessário pela Lei nº 5.764 vigente<sup>4</sup>). O projeto de extensão da Universidade apoiou o grupo em seus processos de gestão para que estes se tornassem autônomos e autossuficientes, a partir da apresentação dos princípios da Economia Solidária.

No ano de 2009, a Prefeitura propôs uma nova forma de intervenção, impondo ao grupo a inserção de um agente externo, indicado pela mesma, como requisito para a assinatura de um convênio entre as partes. Esse agente teria a função de acompanhar as contas, vendas e divisões realizadas na Associação. Inicialmente, os associados se posicionaram resistentes, contudo, com o tempo, aceitaram a proposta e a atuação dessa pessoa. Além disso, repassaram responsabilidades que antes eram do próprio grupo. Assim, perdem a clareza quanto as sobras, gastos e divisões.

Nas eleições municipais subsequentes, manteve-se o Governo, no entanto sem clareza quanto a relação do Poder Público frente à Associação. Com isso, o grupo se enfraqueceu e se desarticulou, ainda que tenha se mantido.

#### **4. Aspectos metodológicos**

Adota-se uma abordagem qualitativa que considera o pesquisador como instrumento fundamental de investigação, sendo imprescindível o contato prolongado e direto com o campo, tendo como principal ênfase o processo (ALVES, 1991).

Optou-se pela pesquisa-ação como orientador do percurso teórico metodológico desse trabalho, buscando-se alicerçá-lo em uma ação refletida e reflexão atuada de forma indissociável e processual. Assim, os dados foram coletados na medida em que as intervenções com o grupo eram realizadas. Estes são apresentados no texto, a partir das falas do grupo, porém com nomes fictícios.

A estratégia de pesquisa-ação se caracteriza por agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Tripp (2005, p. 447) define este método como “uma forma de

---

<sup>4</sup> BRASIL. Lei 5.764, 16 de dezembro de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 1971. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm)>. Acesso em: set. 2018.

investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar à ação que se decide tomar para melhorar a prática.” O autor ressalta ainda que “as técnicas de pesquisa devem atender aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica” (p. 447). Apresenta-se, assim, como característica do método a permanente tensão entre a prática de campo e a pesquisa, bem como a reflexividade, levando a uma “teoriza-ação” sobre a prática.

O processo de pesquisa-ação, portanto, passa repetitivamente por: fase de reconhecimento do campo; planejamento da ação; processo interativo de investigação-ação; reflexão sobre a investigação e sobre a ação, o que ocorre em conjunto com os participantes do projeto (TRIPP, 2005).

Consideraram-se como material para análise dos dados os registros sistemáticos, em diário de campo, das intervenções realizadas, assim como das reflexões acerca das mesmas em espaço posterior de supervisão dos trabalhos. Este material foi analisado tematicamente, segundo processo descrito por Bardin (1977).

## **5. Resultados**

Os resultados são apresentados a partir de dois eixos, sendo eles: “trajetória e sentidos do trabalho, formação e cidadania” e “saúde e segurança no trabalho”. Os nomes utilizados são fictícios.

### **5.1. Trajetória e sentidos do trabalho, formação e cidadania**

As trajetórias de trabalho dos membros da Associação de catadores evidenciam o enfrentamento das mais diversas dificuldades e precariedades.

Todos possuíam histórico de trabalho com carteira assinada anteriormente à entrada na Associação, sendo que ao serem demitidos do último emprego não conseguiram se reinserir no mercado formal. Entre os membros da Associação a questão da baixa escolaridade era proeminente. Destacam-se associados não alfabetizados, que nem sequer sabiam escrever o próprio nome, assinando os documentos com a impressão digital. A baixa escolaridade e pouca qualificação profissional compareceram como motivos percebidos para a vivência desse processo de exclusão. Conforme explicita o associado Geraldo:

Então... a gente tem pouco estudo, ‘né’. ‘Num’ tem assim aquela qualificação que hoje em dia a empresa ‘qué’.



Alguns atribuíam ao fato de estarem mais velhos como a razão de perderem o emprego, assim como da impossibilidade de recolocação no mercado de trabalho. Segundo a associado Ari:

Como a gente trabalha com força física, quando fica mais velho não tem mais aquela força toda, ‘né’? ‘Daí’ não atende mais o que a empresa precisa.

Outra questão que compareceu como elemento importante para a interrupção da trajetória de trabalho formalizado foram as sequelas decorrentes de processos de adoecimento, causado pelo tipo de trabalho que exerciam anteriormente. A associada Joana referiu:

Trabalhava muito pesado, ‘né’? O corpo uma hora ‘num’ aguenta, você não consegue mais fazer tudo aquilo que fazia e ‘aí’ você não serve mais ‘pra’ empresa.

A relação com o Empreendimento de Economia Solidária é tratada como uma forma de obter acesso ao trabalho e à renda, já que vivenciavam a exclusão do mercado formal, com várias dificuldades. O funcionamento distinto desses empreendimentos minimiza os problemas e as dificuldades encontradas no mercado formal, por outro lado traz outras questões como a gestão. Nos fundamentos da Economia Solidária, tem-se o princípio de autogestão como destaque, que, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2006), este princípio se faz presente e é percebido, em um grupo, quando o coletivo define estratégias e toma decisões do e para o todo.

Na Associação constatou-se que o coletivo destacava a gestão como algo associado exclusivamente à produção. Os associados entendiam que gestão é organizar a produção, ou seja, definir onde cada associado devia ficar na produção, se na esteira, na baia, na poda do galho, entre outras atividades. Portanto, a gestão restringia-se, nessa concepção, à organização do trabalho em si. Destaca-se, ainda, que as atividades administrativas não eram percebidas como trabalho. Portanto, o tempo despendido com as mesmas era significado como desperdiçado, sendo que quem as realizava não estaria trabalhando. Desta feita, não consideravam parte da gestão, a organização das atividades relativas às funções estatutárias, nem as reuniões semanais para as decisões entre o grupo ou para a prestação de contas, assim como as atividades desempenhadas pelo conselho fiscal. Como afirmou a associada Suzana que já ocupou a função de secretária na Associação:

É difícil fazer o pessoal entender que o trabalho de secretaria e administração também é trabalho. Quando você ‘tá’ fazendo isso o pessoal pensa que você ‘tá’ enrolando, não ‘tá’ trabalhando.

Essas atividades puramente relacionadas com a gestão do negócio eram esquecidas

e não consideradas como parte importante para a manutenção das ações que sustentam e geram os resultados econômicos. Como afirmou o associado Genival:

Não é justo eu ficar na esteira em pé e no calor, enquanto outro está sentado e com ventilador para ficar fazendo conta. Porque no final do mês este que ficou sentado vai receber o mesmo tanto que eu.

Ao longo dos trabalhos com o grupo, o conceito de autogestão foi definido pelo mesmo, como: “ação coletiva de tomar decisão, fazendo reuniões para discussão e trabalhando igualmente”. Porém, apesar de tais ações fazerem parte de um contexto maior de coletividade, percebeu-se que as mesmas não eram efetivamente realizadas. As decisões eram tomadas hegemonicamente por apenas três pessoas do grupo e as reuniões raramente convocadas, segundo os outros associados. Tal fato pode ser explicado, em parte, pela diferença de alfabetização e conhecimento entre eles, o que pode ser considerado como um dificultador para participação nos processos deliberativos do grupo. Retomam-se as considerações de Guareschi (2002) quando posiciona a exclusão dos saberes como um dos pressupostos psicossociais da exclusão. Desta forma, a exclusão do saber da língua escrita e outros saberes formais gera outras exclusões e manutenção de relações de subserviência.

Pode-se afirmar que há uma compreensão do que é autogestão entre os associados, o que não significa a apropriação desse princípio como práxis. A interiorização da autogestão se torna mais complicada pelo fato de as pessoas que trabalhavam, por ocasião da pesquisa, na Associação, antes terem trabalhado sob outra forma de gestão, na qual não havia a decisão em conjunto, solidariedade, foco no sujeito e cooperação. Assim, faz-se necessário quebrar o costume de simplesmente seguir metas e objetivos que muitas vezes não são estabelecidos pelo indivíduo e que não é significativa para os sujeitos. Os associados careciam não só compreender, mas internalizar que o coletivo define regras e metas que devem ser seguidas e cumpridas, pois ninguém melhor que os próprios sujeitos, no processo de organização do trabalho, para identificar as dificuldades, as formas de superá-las e qual caminho tomar.

Contudo, com a ação do Poder Público no sentido contrário, fortaleceu-se a heterogestão e o centralismo. Mesmo porque, em momentos distintos, representantes do Poder Público fizeram afirmações acerca dos grupos e de seus membros, como sendo “pessoas que não eram capazes de se auto organizar e gerir, precisando sempre de alguém que fosse realmente capaz de avaliar as situações e tomar as decisões por eles”.

Uma característica da relação do associado com o trabalho e a participação na Associação é a transitoriedade, devido à alta rotatividade. Muitos dos associados que passaram pela Associação não a viam como seu local de geração de trabalho e renda

permanente, ou como o local de tornar melhor a sua condição de vida, mas sim como uma ocupação de caráter provisório que, portanto, era tratada como algo desvinculada de sua vida social. Esse sentimento dificultou a construção de uma cultura enraizada nos princípios da Economia Solidária, que impossibilitasse a efetiva reprodução dos processos de alienação vivenciados em empresas capitalistas. Como afirmou o associado Rivaldo:

Prefiro ter patrão, pois cada um dependendo da consciência de cada um não dá certo.

A figura do patrão era vista, pelos associados, como uma pessoa que detém maior conhecimento acerca do trabalho executado, de seu funcionamento e organização, e que possui maior grau escolar, sendo assim, apto a resolver os problemas e tomar as decisões necessárias para o bom desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, reforça-se que o processo de alfabetização do grupo é de suma importância para a emancipação dos sujeitos e o desenvolvimento do coletivo.

No grupo, havia apenas uma pessoa que, para os associados, poderia assumir este papel. E isso ocorria tanto pelo posicionamento dessa pessoa, assumindo posturas de lideranças e tomando decisões pelo grupo, quanto pela legitimação desse status conferida pelos próprios associados, que lhes garantiam essa posição, justificando-a através das características citadas. Por ter um nível escolar maior, um “entendimento maior do processo produtivo” e, talvez, até por não ser financeiramente tão desprivilegiada como os demais, esta pessoa, que é do sexo feminino, era vista como o “patrão” da Associação e, por este motivo, os demais associados lhes conferiam total poder de decisão. Esse “poder concedido” fazia com que, a associada em questão, ultrapassasse os limites de sua função, como presidente, inclusive tomando decisões que deveriam ser definidas em Assembleia e não de forma individualizada.

Tem-se a exemplificação dessa visão de “patrão”, por parte dos associados, através da fala de um dos membros do Conselho Fiscal. Quando questionado a respeito das reuniões e decisões, o associado Joaquim argumenta que:

É... a gente pode fazer reunião e discutir as coisas, mas tem que ver o que a (presidente) acha. O que adianta a gente ficar brigando, é melhor fazer o que ela mandar... assim fica muito mais fácil.

Assim, os associados se desresponsabilizam das decisões e dos resultados do trabalho da Associação, onde o problema passa a ser do patrão, bem como a decisão das estratégias para superá-lo. Observa-se que não só o “poder era concedido” pelos associados, mas que a presidente se favorecia dessa relação para manter sua posição de mandante, recriando a relação patrão/empregado, tanto vivenciada por eles em suas

histórias de vida e trabalho.

Ao longo dos trabalhos esse centralismo foi problematizado, notando-se uma maior participação de outros associados, tomando a palavra, durante as reuniões, o que foi favorecido por trabalhos realizados em subgrupos, onde se sentiam mais à vontade para expressar suas opiniões e onde a liderança da presidente da Associação era minimizada. Contudo, esse aprendizado foi arrefecido por intervenção do Poder Público Municipal que impôs que a gestão dos processos da Associação fosse controlada por um agente externo, prometendo que haveria a formalização de um convênio entre as partes, o que efetivamente nunca ocorreu.

O Conselho Fiscal também compartilhava desse posicionamento passivo, na medida em que não realizava efetivamente a verificação das contas da Associação e, portanto, não apontava erros ocasionais. O que as pessoas envolvidas no Conselho Fiscal acreditavam, bem como boa parte do grupo, é que corriam o risco de desagradar o coletivo e a presidente da Associação ao apontar os erros nas contas. Então, acreditavam que ao realizar as funções de um Conselho Fiscal poderiam, assim, ser “demitidos”, em que se reproduziria a relação patrão/empregado vivenciada por eles em outras experiências de trabalho. Este sentimento pôde ser identificado pelos universitários, que acompanharam o grupo, em diversas situações. Foram desenvolvidos trabalhos no sentido de que os associados se apropriassem da importância das funções do Conselho Fiscal, o que resultou em alguns avanços, o que não se manteve ao longo do tempo.

Destaca-se que o principal dificultador do desenvolvimento do Conselho Fiscal foi a permanência do receio em questionar as contas da Associação, como se isso se caracterizasse em uma “acusação de desonestidade de alguém”, como mencionado pela associada Jurema. No mesmo sentido, Vanessa fala que:

A gente sabe que é importante fiscalizar, mas aqui é complicado. Se você pergunta muito das contas, do salário, eles acham que você está desconfiando deles, achando que eles estão roubando.

A construção coletiva do sentido desse colegiado passava, inclusive, pela compreensão e apropriação de ferramentas de controle financeiro e gestão, pontos que também foram trabalhados com os associados. Igualmente identificaram-se avanços que não se enraizaram, frente às intervenções externas que colaboraram para desarticular o grupo.

Assim, a questão da autogestão é um aspecto a ser constantemente trabalhado e partilhado pelos diferentes agentes envolvidos no processo.

Em síntese, os empreendimentos somente terão um desenvolvimento efetivo se os

seus membros interiorizarem os princípios de Economia Solidária. Então, para que estes empreendimentos se tornem sustentáveis é necessário que todos os membros tomem para si os meios de produção e o conhecimento sobre todos os processos, ou seja, se responsabilizem dentro deste empreendimento. Assim, a vivência no empreendimento, deveria ser capaz de transformar a vida do sujeito, também do ponto de vista da renda, mas de conhecimento e acesso aos direitos, bem como de sua constituição enquanto cidadão. Desta maneira, o comportamento dos associados, atrelados à experiência passada de trabalho, sustentada em relações de dominação e subordinação carece de ruptura.

Dentro da Associação analisada se encontram barreiras ao processo de interiorização dos princípios. Principalmente pelo fato, das pessoas envolvidas, neste empreendimento, estarem acostumadas com a forma de organização segundo o modo de produção capitalista, no qual não participavam de maneira integral e, às vezes, nem parcial dos processos envolvidos na execução do trabalho. A alta rotatividade das pessoas que entram na Associação também é um entrave para que se construa uma cultura própria, na qual os conceitos estejam bem estruturados e interiorizados (ANTEAG, 2002).

Por não estarem acostumados com o modelo de autogestão, os associados não veem a necessidade e a importância de assumirem suas funções administrativas dentro da Associação. O mesmo comportamento, também, é observado no Conselho Fiscal que não realiza as atividades a ele designadas e descritas em seu Estatuto, fazendo com que se estabeleça uma lacuna entre o ideal de administração da Associação e aquela observada.

A necessidade imputada nas mentalidades dos associados, de que é necessário ter um padrão para coordenar as atividades e até mesmo as relações entre os indivíduos, faz com que o órgão de fiscalização financeira da Associação não assuma e não empodere as suas funções. Estes se sentem amedrontados com a ideia de serem vistos como delatores pelos demais membros e, principalmente, pelo atual presidente que, em alguns momentos, demonstra atitudes autoritárias e antidemocráticas.

As funções do Conselho Fiscal da Associação, também, são prejudicadas com a atuação do agente externo. Além disso, mesmo os membros do Conselho entendem que o trabalho efetivo é aquele desempenhado na produção e aqueles que se dispõem a realizar tarefas administrativas, o fazem apenas para fugir do “verdadeiro” trabalho. Essa compreensão impacta negativamente na realização do trabalho de fiscalização das contas da Associação. Tal fato faz com que a Associação se distancie de suas obrigações, repassando para o agente externo, o que pode futuramente provocar situação de ilegalidade.

Os trabalhos nesta frente, realizado por um grupo de alunos ao longo de todo o período, buscaram discutir as Significações e Ressignificações do trabalho realizado pelos associados, bem como desenvolver conhecimentos e habilidades que favorecem o exercício mais pleno da cidadania como, por exemplo, a apropriação da leitura, do cálculo e da escrita. Sinaliza-se, assim, que ainda que exista avanço há um grande percurso para que o grupo internalize de forma mais efetiva os princípios da Economia Solidária.

## **5.2. Saúde e Qualidade de Vida no trabalho**

Os associados se deparam cotidianamente com diversas situações de risco, desde o contato insalubre com o material recolhido até o manuseio de máquinas e equipamentos que exigem o uso de ferramentas especiais e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), muitas vezes ignorados pelos associados. Em sua fala, o associado Genival, exemplifica o não reconhecimento do risco, ao atribuir a responsabilidade do acidente de trabalho unicamente àquele que se acidentou.

Não é que seja, assim, perigoso. Não é... é que tem gente que marca toca, a culpa é do cara que vacilou. Se você foi ‘vacilão’ então o acidente aconteceu.

Os associados não têm conhecimento acerca de todos os EPIs necessários. Além disso, o seu uso implica, grande parte das vezes, em custos, visto que devem ser adquiridos pela própria Associação. Constata-se, ainda, que há uma resistência ao uso dos equipamentos que vão para além da questão financeira e/ou desconhecimento. Como disse a associada Kátia:

Eu não vou usar não. A gente fica com eles (óculos e máscara) na cabeça. Caso venha a fiscalização a gente põe rapidinho e eles nem percebem. É muito ruim eu não consigo ficar com esses ‘troço’ na cara, não fico mesmo.

Justificavam, por exemplo, o não uso pela ausência de necessidade dos mesmos, na medida em que não reconheciam o trabalho que desempenham como perigoso. O associado Joaquim argumentou:

Se for ver bem mesmo. Não precisa usar toda hora porque o nosso trabalho nem é assim perigoso.

Ressalta-se que esse associado já havia sofrido um grave acidente manejando o equipamento de cortar/triturar galhos e toras de árvores.

Essa resistência do grupo, ao uso dos EPIs, se deve ao não reconhecimento dos riscos apresentados pelo próprio trabalho, ou seja, é uma estratégia coletiva de defesa, conforme apresentado por Dejourns (1993), ao analisar situação semelhante para o

subproletariado francês. Trata-se de uma defesa coletiva, uma verdadeira negação da angústia despertada pelo trabalho e pelo risco eminente a que estão expostos no desempenho de suas tarefas. Assim, no cotidiano de trabalho da Associação, reproduzem-se vivências frequentemente constatadas na configuração das “fábricas” capitalistas. Isso se dava especialmente quando a condição da autogestão do grupo estava mais enfraquecida.

Ressalta-se que ao lançarem mão de estratégias coletivas de defesa, conforme apresentado, o grupo deixou de se proteger de acidentes e processos de adoecimento, fosse através do uso dos EPIs necessários, fosse por adoção de condutas mais seguras no trabalho.

Vale ressaltar, também, as considerações de Dejourns (2002), quando salienta que se as necessidades básicas do trabalhador não são supridas, estando submetido às condições precárias, a questão da sobrevivência acaba por ganhar supremacia em detrimento, por exemplo, da preocupação com a saúde no trabalho. Tal análise vai ao encontro de falas comuns, entre os associados, quando questionados acerca do não uso dos EPIs. Alegavam que havia pressa para se realizar as tarefas e que o uso de EPIs diminuía a produção, em suas percepções, ou seja, eles demandariam mais tempo para atingir a mesma produção, prejudicando, portanto, a geração de renda.

Tem-se, portanto que, ao encontrar dificuldades em adaptar o seu trabalho às suas necessidades físicas e psicológicas, o trabalhador busca desesperadamente um caminho para assegurar uma realidade que seja a mais próxima possível daquela desejada, ainda que esta não corresponda àquilo que enfrenta cotidianamente. Assim, “deixa de se preocupar” com outros fatores que também merecem atenção, apesar de não serem classificados à primeira vista como primordiais, enquanto um mecanismo de defesa frente à frustração e ao medo. Assim, os próprios processos de adoecimento deixam de ser reconhecidos pelo sujeito, visto que a coletividade os significa como sinal de fraqueza e/ou pouca vontade de trabalhar. Frequentemente aquele que adoecer era significado como “fazendo corpo mole”. Ressalta-se que esse descuido pode ser perigoso, pois acaba contribuindo para que uma patologia se instaure de forma a comprometer grave e permanentemente a saúde desses trabalhadores (DEJOURS,1993). Assim, os trabalhos com o grupo caminharam visando a superação das barreiras culturais e psicológicas presentes.

Não bastando os perigos inerentes às atividades que realizam, os riscos se acentuavam na medida em que alguns as desempenhavam sobre o efeito de álcool. O associado Genival referiu acerca de um dos associados:

O problema dele é o corote [pinga]. Tem dia que ele entorna um e vem trabalhar desse jeito. Nem vou dizer que ele enche o saco, mas trabalha desse jeito o dia todo.

Segundo vários estudos sobre o assunto, o uso de bebidas alcoólicas se dá, na maioria das vezes, pela angústia em que o usuário se encontra, decorrente de alguma situação pessoal e/ou profissional (MIURA, 2004). No caso da Associação estudada, podemos entender que o seu uso também decorre da vivência de uma angústia, contudo de ordem da relação que estabelecem com o trabalho. Relação esta que constitui o processo de saúde e doença vivenciado pelos trabalhadores (ABRAMIDES e CABRAL, 2003). Em conversas com os associados, depara-se com afirmações de que se trabalha melhor sob o efeito de álcool. O associado José afirmou:

Eu mesmo trabalho melhor se eu tomei uma. O trabalho vai mais ... mais ajustado.

Este “melhor” faz referência tanto à facilidade no desempenho das tarefas (mais fácil de encará-las), quanto de produtividade. Contudo, quando questionados, negam-se a reconhecer o trabalho que desempenham como algo que possa ser penoso. Assim, partindo das compreensões de Dejours (1996), pode-se entender que o uso da bebida é uma estratégia coletiva de defesa. Fala-se também de um processo de adoecimento que não pode ser reconhecido entre os trabalhadores, na medida em que colabora na manutenção da reprodução do trabalho dentro de determinadas configurações. Como afirma Dejours (2002, p. 63), “A erosão da vida mental individual dos trabalhadores é útil para a implantação de um comportamento condicionado favorável a produção. O sofrimento mental aparece como intermediário necessário à submissão do corpo”.

Salienta-se que, com a maior centralização das decisões, também a condição de problematização, junto ao grupo, das estratégias que utilizam no enfrentamento das condições de trabalho cotidianas, bem como da construção coletiva de outras formas de superação se mostraram esvaziadas. Isso porque ao se sentirem “menos senhores do seu trabalho”, também se sentiam menos capazes de transformar aquilo que vivenciavam.

O uso de bebidas alcoólicas era um problema que interferia nas atividades da Associação como um todo, desde as produtivas até as estatutárias (Conselho Fiscal). O problema do consumo de bebida alcoólica também refletia no ambiente de trabalho, especificamente, na convivência no grupo, resultando em brigas, discussões, agressões verbais e, inclusive, físicas. Essa situação trazia um sentimento de insegurança quanto a sua saúde física e psicológica, o que prejudicava intimamente o desempenho de suas atividades, ainda que não fosse reconhecido como tal, por grande parte dos trabalhadores.



Além disso, o alcoolismo ampliava muito significativamente a possibilidade de acidentes de trabalho, mesmo que esses sujeitos discordassem e indicassem os acidentes como resultado de outras faltas e não da bebida. Por outro lado, há aqueles associados que veem o alcoolismo com preocupação, como aponta Vanessa:

Se eles parassem de beber, teria mais respeito um pelo outro aqui dentro. O serviço ia render mais, não ia ter fofoca e nem briga. Mas não adianta falar, eles não tãem aí... A bebida aumenta os acidentes. Quando ele 'tá' bêbado, ele não toma cuidado, não usa óculos, luva... fica colocando a mão dentro da prensa. Aí depois que acontece, não adianta reclamar, 'né'?

Desta forma, observou-se que o problema com o alcoolismo de alguns associados atrapalhava as relações entre seus membros, bem como, prejudicava as atividades desenvolvidas na Associação, tanto operacionais como intelectuais.

Desde o ano de 2003, quando o Projeto de Extensão passou a acompanhar a Associação, constataram-se vários acidentes de diferentes gravidades. Observaram-se desde acidentes pequenos, como cortes e ferimentos leves, até outros mais sérios como ferimentos causados por seringas, motosserra e engrenagem de máquina. Contudo, ainda assim, os associados atribuíam as causas do acidente ao descuido do próprio sujeito, não indicando risco, que não possa ser evitado, no desempenho da atividade em si. Assim, observou-se um processo de culpabilização do sujeito acidentado (VELLOSO, 1998), ou seja, ficava-se com a fantasia onipotente de que se encontram capazes de se protegerem de qualquer risco.

A negação da possibilidade de acidentes era tão intensa que não dispunham, ao menos, de materiais de primeiros socorros. Outro fator importante estava ligado à influência do grupo. Quando um novo associado era integrado à equipe, ele era submetido a um verdadeiro "teste" para ser aceito enquanto integrante legítimo, o que implicava na incorporação da cultura do grupo, como por exemplo, o não uso de instrumentos de segurança. Esse movimento remete às considerações de Dejours (2002), de que: "As atitudes de negação e de desprezo pelo perigo são uma simples inversão da afirmação relativa ao risco" (DEJOURS, 2002, p. 70). Isso significa que, o fato de não usarem proteção adequada não era causado simplesmente por conceitos errados, mas constituía-se na própria expressão do medo que viviam constantemente. Assim, esse comportamento é um mecanismo de defesa coletiva que mascara os sentimentos de temor e angústia, que raramente se revelavam de forma mais aberta.

Esses medos contidos proporcionam um desconforto aos trabalhadores, interferindo negativamente no bem-estar de cada um, ao trazer incômodos e preocupações com o

próprio trabalho, que poderiam ser elaboradas na medida em que houvesse condições de acolhimento para a aceitação do sentimento, o que transmutaria a angústia do medo ilusório em uma precaução para o medo real.

Desta forma, a análise da questão da saúde e segurança, no cotidiano de trabalho dos referidos associados, apontou para a relação íntima entre a gestão do empreendimento e a promoção da saúde. Isso porque, identificou-se que a fragilização da autogestão do grupo colaborou para a precarização das condições de saúde de seus membros.

A menor apropriação do próprio trabalho refletiu-se negativamente na: relação estabelecida com o espaço físico, antes cuidado com apreço, mesmo porque o grupo sentia que este lhe era próprio; na menor responsabilização por procedimentos de autocuidado e busca por ações mais seguras; e no menor sentimento de responsabilização pelo próprio trabalho.

O trabalho aparece enquanto algo penoso, mas que, contudo, não pode ser reconhecido dessa forma. Assim, lança-se mão de estratégias coletivas de defesa, que contribuem para o aumento do risco, os quais, os trabalhadores estão expostos, na medida em que se expressam, por exemplo, no não uso dos EPIs, bem como do uso indevido do álcool (DEJOURS, 2002).

Na medida em que os espaços coletivos de reflexão foram esvaziados, também se minoraram as condições de problematização, junto ao grupo, das estratégias utilizadas no enfrentamento das angústias quanto à relação com seu trabalho, tal como de construção coletiva de outras formas de enfrentamento.

Assim, a questão da promoção de saúde junto a este grupo, deve passar pelo resgate da autogestão e de outra relação com o Poder Público Municipal.

## **6. Considerações Finais**

É importante considerar que os associados ao se inserirem em uma nova configuração de relação de trabalho, em que se tem como base a autogestão e o empoderamento como conceitos norteadores, há um confronto entre o novo e a experiência vivenciada ao longo de sua história de vida e trabalho. Além disso, com essa nova forma de organização, os sujeitos passam a ser responsáveis pelas ações decisórias, precisando superar a posição passiva para, assim, se constituírem efetivamente como grupo.

A formação destes sujeitos, como grupo, é um processo contínuo, em que as experiências passadas, em alguns momentos, se sobrepõem à lógica de funcionamento de

um empreendimento de economia solidária, o que desestabiliza a organização do mesmo. Um olhar externo acerca da dinâmica do grupo nos permite observar momentos de aproximação e distanciamento dos princípios norteadores da economia solidária. Contudo, denota-se que, ao longo do processo, os distanciamentos passaram a ser mais curtos e menos recorrentes. Isto se deve aos períodos mais longos e recorrentes sob a ótica da economia solidária e da compreensão dos problemas trazidos quando se aproximam da lógica de dependência, individualista e empregador-trabalhador.

Além disso, é importante considerar que a constituição efetiva do grupo também é fragilizada, em vários momentos, pela própria ação do Poder Municipal, que os desarticula quando insere agentes externos dentro desta associação.

## Referências

- ABRAMIDES, M. B. C e CABRAL, M. S. R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. In. *Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n.1, 1-10, 2003.
- ALENCAR, M. C. B., CARDOSO, C. C. O. e ANTUNES, M. C. Condições de trabalho e sintomas relacionados à saúde de catadores de materiais recicláveis em Curitiba. *Rev. Ter. Ocup.* Univ. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 36-42, jan./abr. 2009.
- ALVES, J. A. O Planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 7(1), 53-61, 1991.
- ANTEAG. Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. "Economia solidária e democracia". In: *Seminário economia popular solidária no fórum social mundial*. Porto Alegre, 2002.
- ANTUNES, R. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. 4ed., São Paulo: Boitempo, 1997.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BORTOLI, M.A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 105-114, jan./jun. 2009
- BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. *RBCS*, v. 23, n. 67, p. 101-191, 2008.
- DEJOURS, C. *Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações*. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993.
- \_\_\_\_\_. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. Em J.F. Chanlat (Org.), *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas* (Vol. 1, pp. 149 -174). São Paulo: Atlas, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In. SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 141-156.
- KIRCHNER, R.M., SAIDELLES, A. N. P. F. e STUMM, E. M. F. Percepções e perfil dos

- catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS. *Rev. Bras. Gest. Desenv. Reg.* 5 (3):221-32, 2009
- MEDEIROS, L. F. R. e MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?. *Psicologia & Sociologia*, v. 18, n. 2, p. 62-71, 2006.
- MIURA, P. O. C. Tornar-se catador: uma análise psicossocial. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo, PUC, 2004. 165 p.
- MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e questão social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas da economia solidária no Brasil, 2005. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/conteudo/atlas.asp>>. Acesso em: 08 jun. ,51 2011.
- PEREIRA, M. C. G. e TEIXEIRA, M. A. C. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2011, vol.9, n.3, pp.895-913
- ROOS, D., CARVALHAL, M. D. e RIBEIRO, S. Q. A precariedade do trabalho dos catadores de material reciclável no oeste paranaense e a dinâmica estratégica da reprodutividade do capital. *Revista Pegada*, v. 11, n. 2, p. 114- 131, 2010.
- SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002
- TRIPP, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, 31(3), 443-466, 2005.
- SINGER, P. Entrevista com Paul Singer: Economia Solidária. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo: IEA/USP, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.
- VELLOSO, M. P, VALADARES, J. C. e SANTOS, E. M. A coleta de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro: um estudo de caso baseado na percepção do trabalhador. In. *Ciência saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, 1998.